

Defesa feroz da moeda, a política social de FH

Manutenção da estabilidade e esforço para a criação de empregos serão os objetivos de um possível segundo mandato

Adriana Vasconcelos e Cátia Seabra

•|BRASÍLIA. A crise financeira mundial mudou o perfil de um possível segundo Governo Fernando Henrique. De acordo com amigos e políticos a ele ligados, o primeiro ano — se o presidente for reeleito — será voltado para a defesa absoluta da moeda e da estabilidade, baseada na austeridade.

— Defender a moeda é política social na veia — observa o secretário-geral da Presidência, Eduardo Graeff.

Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori também argumenta que a luta pela estabilidade da moeda é o maior investimento social do Governo. Gregori reconhece que a crise — “uma preocupação diária” do presidente — poderá desviar ou adiar metas do Governo. Mas, para ele, o esforço valerá a pena. Ele aposta que, adiante, a consolidação de um plano de criação de empregos, reunindo programas como o Pronaf e medidas de flexibilização do contrato de trabalho, será a vedete de um novo governo. Mas pondera:

— O combate ao desemprego será motivo de atenção especial do Governo. Fernando Henrique não lançaria esta palavra de ordem (“o homem que controlou a inflação vai combater o desemprego”) por amor ao slogan. O problema é saber como isso será esquematizado num mundo em crise. A luta pela proteção do real vai ser, durante algum tempo, o eixo da política econômica.

Conclusão de reformas é vista como fundamental

Para que a recuperação seja a mais rápida possível, Graeff considera fundamental a retomada da votação das reformas da Previdência e tributária pelo Congresso logo após as eleições. Ele também acredita ser essencial o cumprimento integral do programa de ajuste fiscal defendido semana passada por Fernando Henrique, o que exigirá um corte significativo de despesas nos três níveis da administração pública: federal, estadual e municipal.

Se o ajuste fiscal der certo e o Congresso aprovar finalmente as reformas, a situação do país mudará radicalmente e o Brasil, então, retomará seu processo de crescimento, afirma. O secretário-geral da Presidência prevê que o Governo jogará todas as suas fichas para abreviar e amortecer os impactos da conjuntura econômica mundial adversa:

— 1999 será um ano de austeridade. Mas, se conseguirmos superá-lo, temos boas chances de ter depois um triênio de crescimento mais rápido e consistente.

O ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, reconhece que haverá “limitações na arrancada”. Mas, segundo ele, tudo dependerá da atuação do Governo ainda este ano. O ministro concorda que o combate ao desemprego deverá concentrar as atenções do próximo governo. Como o orçamento de 99 foi concebido com base num crescimento econômico de 4% do PIB para 99, índice já revisto, alguns programas serão inevitavelmente afetados. Para tentar cumprir a meta de criação de 7,8 milhões de empregos num próximo mandato — dois milhões por ano — as ações do Governo terão de ser redirecionadas.

Pacheco: programa é para 4 anos e crise é passageira

Para Carlòs Américo Pacheco, coordenador do programa de governo, os setores de agroindústria, construção civil e turismo serão incentivados. Estas áreas, explica, dependem muito pouco de importados e produzem novos postos de trabalho rapidamente. Pacheco argumenta também que o Brasil é ainda capaz de atrair muito investimento direto.

— É claro que a crise mundial vai impactar o crescimento da economia. Ele será menor do que na proposta orçamentária? Será. Mas acredito que não afete drasticamente o programa — diz, observando que o programa foi elaborado para quatro anos e, por isso, não será necessariamente debilitado pela crise. ■